



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**  
Faculdade de Ciências e Tecnologia  
Campus de Presidente Prudente - SP



**RAQUEL XAVIER GRAZZINOLI**

**CURSO DE FORMAÇÃO PARA PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DA REDE  
MUNICIPAL DE ENSINO DE JUIZ DE FORA**

**ENSINO COLABORATIVO: UM DIÁLOGO SOBRE PRÁTICAS COLABORATIVAS  
NO CONTEXTO DA ESCOLA INCLUSIVA**

**PRESIDENTE PRUDENTE - SP**  
2022



GRAZZINOLI, Raquel Xavier  
Ensino Colaborativo: um diálogo sobre práticas  
colaborativas no contexto da escola inclusiva/ Raquel  
Xavier Grazzinoli

Presidente Prudente (SP)  
27 folhas

Produto Educacional da Dissertação – Programa de  
Mestrado Profissional - Educação Inclusiva (PROFEI)  
– Universidade Estadual Paulista (UNESP) Faculdade  
de Ciências e tecnologia, Presidente Prudente (SP),  
2022.

Orientador: Prof. Dr. Fabio Camargo Bandeira Villela



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AEE	Atendimento Educacional Especializado
CF	Constituição Federal
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
PNE	Plano Nacional de Educação
PNEEPEI	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva
SRM's	Salas de Recursos Multifuncionais
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>6</b>
<b>2 A FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA O ENSINO COLABORATIVO</b> .....	<b>12</b>
<b>3 A PROPOSTA DO CURSO “ENSINO COLABORATIVO: UM DIÁLOGO SOBRE PRÁTICAS COLABORATIVAS NO CONTEXTO DA ESCOLA INCLUSIVA”</b> .....	<b>15</b>
<b>4 CRONOGRAMA</b> .....	<b>17</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>27</b>



**CURSO DE FORMAÇÃO PARA PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DA REDE  
MUNICIPAL DE ENSINO DE JUIZ DE FORA**

**Tema: ENSINO COLABORATIVO: UM DIÁLOGO SOBRE PRÁTICAS  
COLABORATIVAS NO CONTEXTO DA ESCOLA INCLUSIVA**

“O diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu”. (FREIRE, 1987, p. 50)



## 1 INTRODUÇÃO

Devido ao fato de, hoje, a escola brasileira se pautar em uma política que preconiza o direito à educação para todos, sem distinção, e de que a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI/2008) garanta a escola como espaço das diferenças, a presença dos alunos público da Educação Especial, bem como de tantas outras especificidades que merecem nossa atenção, enseja de nós, educadores, o compromisso com um estudo que nos favoreça olhar o sujeito como ser de possibilidades e não pela perspectiva da falta.

Quanto mais estudamos, mais percebemos a necessidade de formação, diálogo, embasamento teórico e estabelecimento de parcerias, a fim de pensar e criar práticas realmente inclusivas, que possam viabilizar uma educação de qualidade a todos.

Nesse contexto, surge essa inquietação frente a práticas cristalizadas nas escolas e à urgência de se discutir acerca do compromisso do professor de olhar para as subjetividades dos alunos, principalmente daqueles que constituem o público da Educação Especial, que necessitam de serviços como o Atendimento Educacional Especializado e Ensino Colaborativo. É a partir das vivências como professora de Educação Especial/AEE, bem como do acesso ao aporte teórico, que pude perceber como, ainda hoje, a sociedade vem tentando demarcar lugares e “encaixar” as pessoas com deficiência dentro de determinados *standards* de comportamento e/ou produção, o que ocorre de forma cruel no interior dos espaços educacionais.

Como nos tempos em que a perspectiva médica determinava as ações a serem desenvolvidas nas escolas e salas especiais, bem como nas instituições clínicas, hoje, os diagnósticos são utilizados como base para classificar os sujeitos. Lança-se mão de perfis desejados, legitimados socialmente, para balizar o “aluno ideal”. Assim, os que não correspondem a esse padrão são considerados “fardos”. Muitas vezes, isso faz com que alunos público da Educação Especial sejam reduzidos aos seus “sintomas” ou às suas dificuldades, ficando tutelados aos profissionais de Educação Especial e/ou de apoio, nos fundos das salas de aula, por exemplo.

Essas concepções arcaicas vão diretamente de encontro ao que preconiza a própria Constituição Federal Brasileira, pois, conforme o Art. 5º: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]”. O Art. 6º traz a legitimação dos direitos sociais,



entre eles, a educação, que deve ser vista como direito inalienável dos seres humanos, parte fundamental para a construção do sujeito integral, e segue, afirmando, no Art. 205º, que “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família”.

É importante que nós, professores, compreendamos o que orientam os dispositivos legais, uma vez que o desconhecimento de aspectos como os apontados acima, sobre a CF/88, por exemplo, pode nos fazer incorrer em práticas que negam os direitos dos alunos público da Educação Especial.

Vejamos o Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020), cujo texto norteia e organiza os sistemas educacionais e estabelece a função da Educação Especial, entre outras propostas e metas, como modalidade de ensino que perpassa todos os segmentos da escolarização (da Educação Infantil ao Ensino Superior), que oferta/realiza o serviço de AEE, que disponibiliza os serviços e os recursos próprios e orienta os alunos e seus professores quanto à sua utilização nas turmas comuns do ensino regular. Quantos profissionais de educação têm conhecimento sobre essas orientações? E como isso pode influenciar as concepções de forma a fazê-los compreender que o aluno público da Educação Especial é de única responsabilidade do professor especialista?

Citamos, ainda, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/15), conhecida como LBI, que assegura e promove, nas mesmas condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais à pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Vale pontuar que essa legislação traz um diferencial: a participação ativa da pessoa com deficiência sob a égide “Nada sobre nós, sem nós”, permitindo o protagonismo da pessoa com deficiência e reafirmando aspectos como preceitua o Artigo 27:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

No entanto, como não são apenas as normas, mas também os costumes que gestam os comportamentos, existe, ainda, a necessidade de realizar um trabalho informativo/educativo junto aos profissionais da educação e à sociedade como um todo, acerca da mudança de paradigma em prol da inclusão. Para Carvalho (2005, p. 05), a questão é de “equiparar oportunidades, garantindo-se a todos, inclusive às pessoas com



deficiência, o direito de aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver”.

A discussão mais grave que permeia esse tipo de reflexão é que, apesar de todo esse arcabouço legal sobre a garantia de direitos e sobre a importância de formação dos profissionais, determinadas práticas docentes recriam espaços segregados, fazendo com que os sujeitos se identifiquem com determinados rótulos, visto que, longe dos escritos legais, não é incomum que esses alunos estejam inseridos em contextos educacionais com propostas influenciadas pelo viés biológico, sem que sejam consideradas suas especificidades e potencialidades: o aluno ocupa um lugar de “falta” (falta de comunicação, falta de autonomia), caracteriza-se sua diferença como déficit e acaba sendo “conduzido” para um lugar de “prontidão” a fim de que consiga melhores resultados. Essa “condução” costuma ficar a cargo dos professores de Educação Especial/AEE.

Quando lançamos mão de tais pressupostos, atravessados pelo viés biologizante, que nos tiram a responsabilidade de repensar a ação pedagógica, de tornar o currículo de fato acessível, de oferecer adequações curriculares, ou seja, quando imputamos ao sujeito com deficiência a responsabilidade pela dificuldade que ele encontra na escola, afastamos da oportunidade de perceber a potência do ato de ensinar e exercê-la.

Observando que, a despeito de todas as ações desenvolvidas pela rede de ensino do município de Juiz de Fora, na busca por mudanças de paradigma e por uma escola para todos, com a implementação da oferta do Ensino Colaborativo para além do AEE nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM's), por exemplo, e de como, na prática, os objetivos pensados ainda estão distantes do desejado, estruturamos a oferta de um curso de formação que pretende dialogar sobre as práticas colaborativas no interior da escola.

Pretendemos, com esse espaço formativo, trazer reflexões sobre a Educação Especial em uma Perspectiva Inclusiva, lançar mão das observações durante a atuação dentro dos muros da escola para fortalecer a defesa de uma escola das diferenças e distante do modelo “médico de ensino”. Acreditamos que, por meio do diálogo e dos estudos desenvolvidos, encontraremos formas possíveis de ofertar mediações qualitativas, que possibilitem ao aluno público da Educação Especial experienciar momentos relevantes que lhe permitam enraizar novos conhecimentos a fim de viabilizar mais qualidade de vida, maiores aprendizagens e maior autonomia.

Para tanto, cremos que é preciso, além da base epistemológica, trazer o que é empírico: ouvir os sujeitos implicados e, a partir daí, pensar sobre a possibilidade de



(re)construir um novo saber-fazer pedagógico, com planejamentos perpassados pelos conhecimentos quanto ao ensino colaborativo, reorganizando tempo e espaço escolar de modo que se proponham outras formas e instrumentos de acesso ao currículo, pautados no reconhecimento da importância do planejamento coletivo e da responsabilidade compartilhada, das práticas colaborativas entre ensino comum e especial que têm, como objetivo comum, a inclusão.

A presente proposta tem como cerne compreender a relevância do Ensino Colaborativo, algumas nuances acerca da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva que levaram à busca por essa nova estratégia, aliar os saberes das pesquisas já realizadas como forma de garantir educação de qualidade. No tocante aos estudantes público da Educação Especial, a intenção é fortalecer o planejamento coletivo, a oferta de um currículo acessível, perpassado pelas práticas colaborativas, como afirmado acima.

Buscaremos compreender, se possível, a partir das narrativas durante a formação, quais concepções os profissionais trazem sobre o desenvolvimento humano, sobre a perspectiva inclusiva e o trabalho pautado no Ensino Colaborativo. Refletir como tais questões são impactadas na formação, se de forma relevante para seu desenvolvimento como profissional e de seus alunos. Questionar sobre quais concepções e práticas percebem que deveriam ser “deixadas de lado”, que vivências escolares apontam como possíveis de serem construídas a partir da formação e se as consideram como significativas para seus alunos, bem como o que esperam levar para o interior da escola com esse estudo.

Apesar de termos caminhado muito em direção à escola das diferenças, ainda há longo caminho até que se consiga desconstruir a cultura individualista e hierarquizada na educação. É preciso que levemos esse diálogo para dentro das escolas, mostrando a importância do trabalho articulado com toda a equipe de profissionais, sem que um conhecimento se sobreponha ao outro: “A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria” (FREIRE, 2011, p. 139).

Assim, o curso proposto visa trabalhar temáticas como:



- Histórico da Educação Especial no Brasil;
- Histórico sobre a Educação Especial no município de Juiz de Fora;
- Estudo dos marcos legais da Educação Especial em uma Perspectiva Inclusiva;
- Estudo do material formativo produzido pelo MEC quando da implementação da PNEEPEI (2008);
- Princípios gerais e legais nos quais as políticas de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva da cidade se ancoram;
- Construções históricas do município na busca por uma escola de fato inclusiva que encaminharam ações de vanguarda, inclusive possibilitando a oferta do Ensino Colaborativo;
- O que se compreende como Ensino Colaborativo a partir das pesquisas já realizadas no Brasil;
- Experiências sobre o Ensino Colaborativo que já vêm se consolidando em municípios do Brasil;
- Abordar questões acerca das discussões que envolvem os processos de inclusão dos alunos na rede municipal e o papel do professor de ensino colaborativo nesse contexto;
- Estudos sobre o que não é o Ensino Colaborativo;
- Estudos sobre o desenvolvimento humano, uma vez que ignorar as peculiaridades que estão presentes na constituição de cada sujeito, sua historicidade, podem ser dificultadores para se pensar em mediações planejadas e estruturadas, podendo, assim, impactar nas aprendizagens e, conseqüentemente, na vida do aluno público da Educação Especial;



- Estudos sobre a Teoria Histórico-Cultural e as contribuições de Vigotski para a educação, principalmente na modalidade Educação Especial;
- Estudos sobre Desenho Universal para a Aprendizagem.

Pensamos que assim serão oportunizados o conhecimento de muitas questões pontuais implicadas na garantia de uma escola das diferenças, o aprofundamento no estudo de bases epistemológicas fundamentais para essas reflexões, além do acesso a conceitos transformadores, principalmente no que diz respeito às inúmeras possibilidades de ser e estar no mundo, com as múltiplas facetas que constituem o desenvolvimento humano. Enquanto professora da rede municipal de ensino, nosso desejo com essa proposta é o de contribuir para a formação do professor. A dialogicidade e os conteúdos buscam mudanças internas no sujeito, para que se pense a perspectiva inclusiva como algo fundamental para a sociedade, não apenas na sala de aula. Esperamos também que seja uma proposta potencializadora de práticas colaborativas no interior da escola, visando a um objetivo comum, que é a qualidade das aprendizagens possibilitadas aos alunos.



## 2 A FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA O ENSINO COLABORATIVO

“Vivemos um tempo de mudanças em que os velhos paradigmas estão sendo contestados, e a educação escolar está passando por uma reinterpretação precisando achar caminhos para a inclusão. O ensino colaborativo pode facilitar parcerias promissoras entre escolas comuns e especiais, entre professores, diretores, professores especialistas, enfim, toda a equipe escolar, negociando papéis e responsabilidades. Essa reinterpretação exige que a educação acompanhe o desenvolvimento e a complexidade do mundo moderno, onde as relações de complementariedade de conhecimentos podem somar esforços para vencer a exclusão escolar”. (CAPELLINI; FELIPPE, 2014, p. 38)

A perspectiva inclusiva tem permeado os debates nos mais diversos espaços e tempos da sociedade. Mais ainda nos sistemas de ensino.

Diante das fragilidades que a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) vem apresentando ao longo dos anos, estudiosos se dedicaram a pesquisar possibilidades de garantir melhores condições de acesso e permanência aos alunos público da Educação Especial, no contexto educacional, bem como ofertar uma educação de qualidade para todos.

Nesse intuito, universidades brasileiras como a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), entre outras, vêm desenvolvendo estudos sobre o Ensino Colaborativo e efetivando experiências bem-sucedidas. Diante do que as pesquisas apontam, percebemos a necessidade de instrumentalizar os educadores da rede municipal de ensino de Juiz de Fora para um trabalho pautado em práticas colaborativas como estratégia para garantir a inclusão, bem como para o desenvolvimento da autonomia e habilidades acadêmicas dos alunos, viabilizando o acesso ao currículo, potencializando suas aprendizagens, maior interação com seus pares e maior pertencimento ao contexto de vivências da escola, resultando em um maior desenvolvimento integral desses sujeitos.

A formação do professor aparece em muitas pesquisas como ponto relevante para a melhoria da educação e deve ser preocupação constante dentro desse contexto, motivo pelo qual o objetivo central deste produto educacional é o curso de formação sobre ensino colaborativo.



Capellini (2004, p. 4) afirma que “à medida que o professor detiver conhecimento para efetivar sua prática educativa e souber repensar com competência suas ações em favor de seus alunos, poderá melhor atender às suas necessidades educacionais”.

Atuar no espaço educacional demanda habilidades específicas. Nos relatos dos professores surgem questões como a falta de preparo, o desconhecimento para trabalho, a dificuldade de compreender o que é atribuição do Ensino Colaborativo, práticas segregadoras. Capellini e Zerbato (2019, p. 59) destacam que identificaram como um dos fatores de resistência para o trabalho com alunos público da Educação Especial a falta de conhecimento sobre as deficiências e sobre formas de favorecer a escolarização desses sujeitos.

Sendo assim, os conteúdos do curso visam possibilitar a reflexão quanto à importância de uma mudança cultural no interior das escolas quanto ao trabalho em uma perspectiva inclusiva, da necessidade do envolvimento de todos, da responsabilidade partilhada, da “necessidade de fundamentos teóricos que sustentem a construção de uma cultura colaborativa e inclusiva no ambiente de trabalho” (CAPELLINI; ZERBATO, 2019, p. 60).

Será importante conceituarmos o que é o Ensino Colaborativo, que é mais uma possibilidade dos serviços de Educação Especial e que a formação de professores para o trabalho nessa perspectiva, na verdade, deveria ser um *continuum*, uma vez que o trabalho que se compromete a olhar para as diferenças, dentro das especificidades de cada sujeito e que busca a estruturação de propostas que permitam acesso ao currículo, exige estudo diário. Outro ponto relevante é dialogar sobre a oportunidade que o Ensino Colaborativo traz, como propicia a formação coletiva em contexto, da riqueza das trocas de conhecimento e reflexões sobre o planejamento das propostas a serem desenvolvidas. É uma autoformação, pois há o atravessamento do conhecimento partilhado no coletivo.

Citamos Fernandes (2012, p. 284 *apud* CAPELLINI; ZERBATO, 2019, p. 60):

A formação de professores para a inclusão escolar na atualidade deve-se pautar em matrizes curriculares que atendam princípios legais, filosóficos e epistemológicos que preparem o futuro docente para atuar em classes comuns tendo como possível diversidade do cotidiano escolar alunos com necessidades especiais.

Apesar de sabermos que não é apenas a formação dos profissionais da educação que pode melhorar a perspectiva inclusiva, da necessidade de que o aluno público da Educação Especial seja visto dentro de uma perspectiva biopsicossocial e que o



planejamento contemple suas necessidades, acreditamos que uma sólida base teórica e reflexões coletivas sobre a prática podem favorecer a construção de procedimentos didático-pedagógicos com mais qualidade e mais possibilidades de atender ao aluno.



### **3 A PROPOSTA DO CURSO “ENSINO COLABORATIVO: UM DIÁLOGO SOBRE PRÁTICAS COLABORATIVAS NO CONTEXTO DA ESCOLA INCLUSIVA”**

Buscaremos trazer a estruturação de um curso para os professores que desejam atuar na perspectiva do Ensino Colaborativo na rede municipal de ensino de Juiz de Fora, de forma que a oportunidade formativa traga vivências que permitam aos profissionais espaços e tempos de reflexões e que os levem a mudanças imprescindíveis para que as práticas colaborativas se consolidem no interior das escolas.

Sabemos que não é simples consolidar as mudanças necessárias para que a escola das diferenças se faça, mas concordamos com Capellini (2004, p. 224), quando a autora afirma que

essas são mudanças de cultura, de postura, difíceis de serem ultrapassadas, mas elas devem ocorrer com urgência. Resta ter coragem para deixar de usar a escola como instrumento de elitização e exclusão do saber. Resta não ter medo do desafio de ensinar os excluídos que estão chegando na escola.

Trabalhando há muitos anos na formação de professores da rede municipal de ensino, sabendo que o tema do Ensino Colaborativo é de suma importância e que há a necessidade de melhor compreensão do tema, bem como da importância do planejamento coletivo perpassado pelas práticas colaborativas para que a proposta inclusiva se consolide, propomos um curso que ocorra de forma presencial, quinzenalmente, no Centro de Formação do Professor da Secretaria de Educação, bem como que as discussões feitas nesse espaço formativo sejam, se possível, levadas para o coletivo das escolas, mensalmente, nas reuniões pedagógicas, com trocas práticas sobre o fazer pedagógico.

Nosso mestre Paulo Freire já dizia que ninguém educa ninguém e que muito menos o fazemos solitários, mas que nos educamos juntos. Trazemos, para reforçar a importância da formação em contexto, no grupo de trabalho, novamente Capellini (2004, p. 224) quando diz que,

tendo em vista as dificuldades de implementação de qualquer mudança, é fundamental que as reflexões sejam realizadas, num esforço coletivo, por todos os agentes envolvidos com a educação. Os profissionais e os demais responsáveis pelas instituições educacionais têm o dever de deflagrar as discussões[...].

A carga horária total da formação será de 60 horas, das quais 36 serão ofertadas em 12 (doze) encontros presenciais de 3 horas, quinzenalmente, durante seis meses. As



atividades assíncronas serão divididas em 6 (seis) atividades que demandarão, em média, 3 horas para sua realização.

Como forma de finalizar o ciclo formativo, será solicitada a construção de um breve relato com as percepções iniciais que os profissionais traziam, as vivências mais significativas durante a formação, as barreiras percebidas no início e quais as possibilidades encontradas, mediatizadas pelo conteúdo do curso. Esse relatório de conclusão do curso trará o cômputo das 6 (seis) horas restantes.



## 4 CRONOGRAMA

“Uma formação continuada deveria tentar propiciar ferramentas básicas, tendo em vista a capacitação. Evidentemente, essa formação deve ter requisitos essenciais para uma condução razoável do processo de ensino-aprendizagem, desde os fundamentos conceituais da educação inclusiva até os aspectos pedagógicos implícitos nesse processo, tais como metodologias de ensino, recursos didáticos, as formas de aprendizagem de alunos com deficiência, sua progressão escolar, as questões de avaliação e da terminalidade escolar” (BEYER, 2013, p.57)

### 1º ENCONTRO

#### **TÍTULO: INICIANDO O DIÁLOGO SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Apresentação dos integrantes do curso.

Diálogo inicial sobre a proposta formativa.

Apresentação da ementa.

Frequência exigida.

Metodologia.

Montar grupo de *Whatsapp* para comunicação com os integrantes do curso.

### 2º ENCONTRO

#### **TÍTULO: HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL, MARCOS LEGAIS, POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Nesse encontro será feito um diálogo sobre o conteúdo sugerido para estudo prévio, abordando o histórico da Educação Especial no Brasil, os marcos legais da Educação Especial em uma Perspectiva Inclusiva, escuta das contribuições e percepções dos participantes quanto ao material estudado.

Abordar o que tais instrumentos legais orientam e refletir sobre o que de fato acontece nos espaços educacionais.

Apontar que essa é a política nacional em que se ancoram as ações da rede municipal de ensino e quais as responsabilidades e competências esperadas dos profissionais da educação municipal.



Ao fim do encontro, será disponibilizado, no grupo de *Whatsapp* da turma, um *Padlet* com o histórico da Educação Especial no Brasil e os principais marcos legais.

### **3º ENCONTRO**

#### **TÍTULO: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE JUIZ DE FORA E ATUAIS ORIENTADORES LEGAIS NO MUNICÍPIO**

Esse encontro será permeado pelas discussões sobre as construções históricas do município na busca por uma escola de fato inclusiva que encaminharam ações de vanguarda, possibilitando, inclusive, a oferta do Ensino Colaborativo.

Além do conteúdo disponibilizado previamente para estudo, serão apresentadas as políticas municipais de incentivo, de formação, bem como a atual proposta que envolve a garantia de mais um professor nas salas de aula da rede municipal de ensino. Problematizaremos como vêm se dando as práticas pedagógicas na perspectiva inclusiva, como a proposta do Ensino Colaborativo tem impactado as vivências educacionais dos alunos público da Educação Especial.

### **4º ENCONTRO**

#### **TÍTULO: REALIZANDO UM ESTUDO DE CASO DE ALUNO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

Nesse encontro será apresentado o roteiro para construção de estudo de caso. Serão abordados os aspectos relativos à importância do conhecimento sobre a história do sujeito, dados significativos sobre seu desenvolvimento, bem como questões que não devem passar despercebidos e devem compor esse registro.

O estudo de caso do aluno público da Educação Especial é a primeira ação para a construção do Plano de Atendimento Educacional Especializado, sendo de suma importância que essa proposta seja elaborada com o maior número de informações relevantes possíveis. Podem colaborar para isso os familiares e/ou responsáveis, professores do aluno, terapeutas, médicos, entre outros.

Apresentar o caso de um aluno público da Educação Especial, propor aos integrantes da turma que se dividam em grupos e que busquem construir o estudo a partir do roteiro e do que foi dialogado. Mediar a ação nos grupos.



## **5º ENCONTRO**

### **TÍTULO: O QUE É O ENSINO COLABORATIVO?**

Trazer para o conhecimento dos participantes o que se compreende como Ensino Colaborativo a partir das pesquisas realizadas no Brasil.

Apresentar experiências sobre o Ensino Colaborativo que já vêm se consolidando em municípios do Brasil. Abordar questões acerca do que é o Ensino Colaborativo e os aspectos implicados na realização desse serviço. Dialogar sobre os processos de inclusão dos alunos na rede municipal e o papel do professor de ensino colaborativo nesse contexto, como as escolas da rede municipal vêm estruturando a oferta do serviço, a garantia de tempo de planejamento, a oferta de currículo acessível e avaliações qualitativas.

## **6º ENCONTRO**

### **TÍTULO: COMO PODEMOS ESTRUTURAR O ENSINO COLABORATIVO NA ESCOLA?**

Nesse encontro serão apresentadas algumas perspectivas de estruturação do Ensino Colaborativo. Dialogar com os participantes sobre cada uma das propostas. Trazer as orientações para a perspectiva do Ensino Colaborativo na rede municipal de ensino. Verificar com quais propostas o modelo de Juiz de Fora se identifica e quais os aspectos ainda não têm se concretizado. Refletir sobre os dificultadores da consecução do Ensino Colaborativo no cotidiano escolar.

## **7º ENCONTRO**

### **TÍTULO: APROFUNDANDO CONHECIMENTOS QUANTO AO ENSINO COLABORATIVO E CONSTRUINDO PLANEJAMENTO MEDIADO POR PRÁTICAS COLABORATIVAS**

Apresentar os estudos sobre o que não é o Ensino Colaborativo. Dialogar sobre o que os integrantes percebem em comum com o que vem sendo ofertado nas escolas. Acolher os relatos. Pautar as reflexões nas falas dos integrantes.

Mediar apontamentos a fim de pensarmos, no coletivo, como poderíamos modificar o que vem ocorrendo para que as práticas colaborativas de fato ocorram na escola.

Apresentar um estudo de caso e solicitar que, em grupo, elabore-se planejamento para a turma a partir da presença do caso apresentado.



Ao fim, trazer as construções para o coletivo, fazer a escuta das percepções; mediar o diálogo.

## 8º ENCONTRO

### **TÍTULO: O QUE É O DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM (DUA) E COMO ELE PODE AUXILIAR NA CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS COLABORATIVAS NO INTERIOR DA ESCOLA**

Apresentar vídeo disponível no canal do Youtube – Cadinho de Prosa:

- <https://www.youtube.com/watch?v=KRUWh4Jaall&t=11s>

Trazer para esse encontro alguns estudos sobre Desenho Universal para a Aprendizagem e como podemos pensar estratégias para a turma toda, perpassadas por tais conhecimentos.

Discutir como a proposta do Ensino Colaborativo permite que práticas pautadas no DUA sejam uma realidade nos espaços educacionais, possibilitando maior pertencimento dos alunos público da Educação Especial nos contextos educacionais, diminuindo as barreiras para a aprendizagem desses alunos e de toda turma, uma vez que traz o compromisso com a acessibilidade ao currículo e a oportunidade de aquisição de conhecimentos.

### **ESTUDOS SUGERIDOS DISPONÍVEIS EM:**

- <https://www.scielo.br/j/rbee/a/F5g6rWB3wTZwyBN4LpLgv5C/?format=pdf&lang=pt>
- <https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2018.222.04/60746207>
- <https://www.scielo.br/j/ep/a/XrThMT5Hhn6D9CSqcn3HHSM/abstract/?lang=pt>

## 9º ENCONTRO

### **TÍTULO: O QUE PRECISAMOS CONHECER SOBRE DESENVOLVIMENTO HUMANO? COMO CONCEPÇÕES INFLUENCIADAS POR UM OLHAR CAPACITISTA PODEM IMPEDIR O PERTENCIMENTO DO ALUNO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NOS CONTEXTOS EDUCACIONAIS?**

Nesse encontro traremos alguns casos de alunos público da Educação Especial, matriculados em diferentes seguimentos.



Abordar a importância dos estudos sobre o desenvolvimento humano, uma vez que ignorar as peculiaridades que estão presentes na constituição de cada sujeito, sua historicidade, podem ser dificultadores para se pensar em mediações planejadas e estruturadas, podendo, assim, impactar nas aprendizagens e, conseqüentemente, na vida do aluno público da Educação Especial.

Trazer os planejamentos para o coletivo. Pontuar quais práticas são possíveis de ser percebidas influenciadas pelos princípios do DUA e pelas práticas colaborativas. Buscar levantar que barreiras foram minimizadas com o conhecimento de tais conceitos. Buscar perceber como essa proposta auxilia a turma toda.

## **10º ENCONTRO**

### **TÍTULO: MULTIPLICADORES DE CONHECIMENTO NO CONTEXTO DA ESCOLA**

Nesse encontro iniciaremos com um vídeo disponível no Youtube:

- <https://www.youtube.com/watch?v=dEPVULSAGuQ>

Após assistir ao vídeo, dialogar sobre formas de levar tais conhecimentos para a escola.

Estruturar uma proposta para apresentação dos conhecimentos sobre Ensino Colaborativo até aqui adquiridos e sobre as percepções de como podem beneficiar o planejamento, tornando-o mais acessível para o aluno público da Educação Especial e para a turma toda. Buscar elencar que aspectos os participantes percebem como mais importantes de serem abordados nesse momento.

Essa proposta poderá ser apresentada em reuniões pedagógicas nas escolas onde os participantes trabalham, multiplicando os conhecimentos compartilhados e criando oportunidade de ouvir mais professores sobre as principais dificuldades encontradas, sobre como têm percebido a proposta do Ensino Colaborativo e possibilidades de melhoria.

## **11º ENCONTRO**

### **TÍTULO: COMO O PLANEJAMENTO PERMEADO PELO CONHECIMENTO PARTILHADO E PELO ENSINO COLABORATIVO PODE IMPACTAR POSITIVAMENTE A VIDA DOS ALUNOS NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO**

Após a proposição de os participantes levarem o diálogo sobre o Ensino Colaborativo para suas escolas, iniciar o encontro fazendo a escuta sobre suas percepções quanto a esse momento. O que apontam como positivo e o que encontraram como barreiras para mediar o diálogo sobre essa proposta?



Assistir ao vídeo disponível no Youtube:

- <https://www.youtube.com/watch?v=V7teFbk5kK4>

Após o vídeo, dialogar sobre quais pontos a professora Enicéia abordou que foram percebidos como mais importantes. Que reflexões ela possibilita em suas falas que a equipe de profissionais das escolas precisaria acessar como formas de possibilitar as práticas colaborativas no grupo? Como fortalecer esse diálogo sobre a importância da construção de planejamentos coletivos, perpassados pelos conhecimentos disponibilizados nos encontros?

**12º ENCONTRO:** Esse encontro será um momento de dialogarmos sobre os relatos construídos pelos participantes sobre o curso.



## ATIVIDADES ASSÍNCRONAS:

### 1ª ATIVIDADE ASSÍNCRONA

Logo após o primeiro encontro, será estruturado um grupo de comunicação e envio de materiais de estudo via *Whatsapp*.

Em um primeiro momento, será disponibilizado formulário do *Google Forms* com alguns questionamentos sobre qual a formação do professor, em que segmento educacional atua, quais concepções tem sobre a Educação Especial em uma perspectiva inclusiva, sobre deficiências, sobre desenvolvimento humano, sobre o trabalho com alunos público da Educação Especial, sobre o que compreendem como Ensino Colaborativo.

Com o intuito de conhecermos melhor cada cursista, solicitamos que responda as questões que compõem esse formulário:

1º Qual sua formação inicial?

2º Tem especialização? Qual?

3º Em que segmento educacional atua?

4º Já fez cursos na área da Educação Especial? Quais?

5º O que você compreende por Educação Especial em uma Perspectiva Inclusiva?

6º Que conhecimentos você tem sobre os alunos público da Educação Especial?

7º O que você pensa sobre a inclusão desses alunos nas escolas regulares?

Para estudo, será enviada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e o Fascículo “A escola comum inclusiva”, que compõe material formativo do MEC (2010), com solicitação de leitura prévia para o próximo encontro.

- Política Nacional disponível em:  
<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducospecial.pdf>
- A escola comum inclusiva disponível em:  
[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=7103-fasciculo-1-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7103-fasciculo-1-pdf&Itemid=30192)



## 2ª ATIVIDADE ASSÍNCRONA

*Padlet* com histórico da Educação Especial no Brasil e principais marcos legais:

<https://padlet.com/qxgrazzinoli/hhz8wdey3xu4pxoe>

Será enviado para estudo um breve histórico sobre a Educação Especial no município de Juiz de Fora, sugestões de leitura de Cadernos do Professor (SE/JF) que trazem em seu conteúdo aspectos relativos à perspectiva inclusiva no município de Juiz de Fora.

## 3ª ATIVIDADE ASSÍNCRONA

Após o 3º encontro, enviar formulário do *Google Forms* com algumas informações e questionamentos.

1. Na (s) sala (s) de aula em que atua há alunos público da Educação Especial?
2. Qual a deficiência do aluno?
3. Você possui conhecimento sobre essa deficiência?
4. Quais as principais barreiras para o trabalho?
5. Há a proposta do Ensino Colaborativo na turma?
6. Caso haja Ensino Colaborativo na turma, vocês receberam orientações sobre a estruturação do serviço?
7. Você sabe quais as funções do professor para o Ensino Colaborativo?
8. Se há Ensino Colaborativo, que estratégias têm sido construídas pela perspectiva do trabalho coletivo? Como têm pensado os processos de ensino aprendizagem dos alunos?

## 4ª ATIVIDADE ASSÍNCRONA

A partir do encontro que tratou sobre a importância do estudo de caso, enviar proposta aos participantes do curso a fim de que construam uma atividade para o aluno do caso apresentado.

Após o planejamento da atividade, responder formulário do *Google Forms*:

1. O estudo de caso auxiliou você na construção da proposta? De que forma?
2. Você acredita que conhecer melhor as especificidades do aluno contribuiu no planejamento e construção de atividades?
3. Que barreiras você percebeu que o aluno apresenta? Quais possibilidades? Como esses aspectos foram abordados na proposta que construiu?



### SUGESTÕES DE LEITURAS COMPLEMENTARES DISPONÍVEIS EM:

- [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/ed\\_especial/2021\\_educacao\\_especial\\_orientacao\\_estudo\\_caso.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/ed_especial/2021_educacao_especial_orientacao_estudo_caso.pdf)
- <https://diversa.org.br/artigos/deficiencia-intelectual-educacao-inclusiva/>
- [https://www.youtube.com/watch?v=f1SFE\\_ChboM](https://www.youtube.com/watch?v=f1SFE_ChboM)

### 5ª ATIVIDADE ASSÍNCRONA

Serão disponibilizados os slides que orientaram o diálogo do encontro e sugestões de leituras complementares, bem como vídeos informativos que estão disponíveis no Youtube.

### LINK PARA ACESSO AOS SLIDES NO DRIVE:

[https://docs.google.com/presentation/d/1hWZ1SX9n7GywyEZ8Y4BmS4p\\_6CUKzQ2V/edit?usp=sharing&ouid=103214818528902985198&rtpof=true&sd=true](https://docs.google.com/presentation/d/1hWZ1SX9n7GywyEZ8Y4BmS4p_6CUKzQ2V/edit?usp=sharing&ouid=103214818528902985198&rtpof=true&sd=true)

### SUGESTÕES DE LEITURAS:

- CAPELLINI, V. L. M. F. **Avaliação das possibilidades do Ensino Colaborativo no processo de inclusão escolar do aluno com deficiência mental**. Tese de doutorado – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2004.
- CHRISTO, S. V. **Coensino/ Ensino Colaborativo/ bidocência na educação inclusiva**: concepções, potencialidades e entraves no contexto da prática. Dissertação de Mestrado – Universidade do estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2019.
- MENDES, G. M. L.; PLETSCH, M. D.; HOSTINS, R.C.L. (Orgs.). **Educação especial e/na educação básica**: entre especificidades e indissociabilidades [recurso eletrônico]. 1. ed. – Araraquara [SP]: Junqueira & Marin, 2019.

### 6ª ATIVIDADE ASSÍNCRONA

Após o encontro que abordará os estudos iniciais sobre o Desenho Universal para a Aprendizagem, encaminhar *Google Forms* com alguns questionamentos sobre o tema:

1. Você já conhecia ou tinha alguma informação sobre Desenho Universal para a Aprendizagem?
2. Se tinha conhecimento sobre os estudos do DUA, já vinha planejando conforme os preceitos indicados?



3. Caso não conhecesse os estudos sobre o tema, o que considerou como significativo?
4. O que aponta como barreira para efetivação de propostas de planejamento ancoradas nos preceitos do DUA?
5. O que pode sugerir como possibilidade para a implementação do DUA nos planejamentos?

### **ATIVIDADE FINAL – CORRESPONDERÁ À CARGA HORÁRIA DE 6 HORAS**

Após o 12º encontro, solicitar a construção de um relato com as percepções iniciais que os profissionais traziam ao ingressar no curso, as vivências mais significativas durante a formação, as barreiras percebidas no interior da escola no início e quais as possibilidades encontradas, mediatizadas pelo conteúdo do curso.



## REFERÊNCIAS

BEYER, H. O. **Inclusão e Avaliação na escola**: de alunos com necessidades educacionais especiais. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

BRASIL. **Constituição Federal Brasileira**.1988.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010.

BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

CAPELLINI, V. L. M. F.; ZERBATO, A. P. **O que é o Ensino Colaborativo**.1. ed. São Paulo: Edicon, 2019.

CAPELLINI, V. L. M. F. **Avaliação das possibilidades do Ensino Colaborativo no processo de inclusão escolar do aluno com deficiência mental**. Tese de doutorado – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2004.

CAPELLINI, V. L. M. F.; FELIPPE, N. M. de A. O processo colaborativo entre educação especial e educação comum na inclusão escolar do aluno autista: IN: CAPELLINI, V; RODRIGUES, O. (Orgs). **Práticas inclusivas**: fazendo a diferença, Rio de Janeiro: WAK, 2014.

CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva**: com os pingos nos is. 3. Ed. Porto Alegre: MEDIAÇÃO, 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (COLEÇÃO LEITURA).

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.